



**IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
V SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
IV CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Eixo temático: Fundamentos do Serviço Social

As condições de trabalho do assistente social na educação superior em tempos de pandemia

Dionéia Edlyng Maciel¹
Ivana Aparecida Weissbach Moreira²
Thiane Cristina Bavaresco³

Resumo. A dinâmica das relações na sociedade contemporânea impõe desafios aos assistentes sociais e ao seu trabalho na educação superior diante da pandemia de Covid-19. Este artigo propõe reflexões sobre os pressupostos do Serviço Social neste contexto de pandemia, considerando as condições objetivas para a intervenção profissional no ensino superior, diante da desigualdade e da crise social em curso. O acirramento e as disparidades sociais impactam nas relações sociais e no cotidiano das condições socioeconômicas da população e do trabalho dos assistentes sociais. De natureza qualitativa, constitui-se em um estudo bibliográfico, tendo como método de análise o materialismo histórico-dialético.

Palavras-chave: Serviço Social; Trabalho profissional; Covid-19, Universidade.

Abstract: The dynamics of relationships in contemporary society impose scare challenges on social workers and their work in higher education in the face of the Covid-19 pandemic. This article proposes reflections on the assumptions of Social Work in this context of pandemic, considering the objective conditions for professional intervention in the space of the university, in view of inequality and the ongoing social crisis. The intensification of social disparities impact on social relations and on the daily life of the socioeconomic conditions of the population and also on the work of social workers. Of a qualitative nature, it constitutes a bibliographic study, having as a method of analysis the historical-dialectical materialism.

Keywords: Social Work; Professional work; Covid-19, University.

¹ Assistente Social na prefeitura de Pinhão-PR; docente no curso de graduação em Serviço Social, da Universidade Estadual do Centro-Oeste - Unicentro; Mestra em Serviço Social pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste; dik_maciel@hotmail.com.

² Assistente Social na Universidade Tecnológica Federal do Paraná- UTFPR, Campus Pato Branco-PR, Doutora em Educação pela Universidade de Passo Fundo - UPF; ivana@utfpr.edu.br.

³ Assistente Social na Universidade Tecnológica Federal do Paraná- UTFPR, Campus Pato Branco-PR, Mestre em Serviço Social pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste; thianebavaresco@hotmail.com.



INTRODUÇÃO

O desenvolvimento de crises políticas, sociais, econômicas, ideológicas e de sociabilidade tornaram-se mais evidenciadas no contexto complexo das sociedades contemporâneas, que se acirram frente à crise sanitária mundial devido à pandemia da Covid-19. As constantes mutações do vírus trazem consigo ameaças à vida humana, numa situação sem precedentes. A falta de vacinação de grande parte da população, aliada ao negacionismo e contra sentidos às vacinas, colocam em pauta discussões necessárias quanto à propagação do vírus e seus efeitos. As ações governamentais, as responsabilidades sanitárias, as pesquisas científicas e o próprio desenvolvimento da ciência são fundamentais para conter o avanço da Covid-19.

É neste contexto complexo que se mostram agravadas as sequelas da “questão social” nos diferentes espaços sócio-ocupacionais em que os profissionais do Serviço Social estão inseridos. A partir de suas competências e atribuições, os assistentes sociais buscam dar respostas às demandas da população, os quais imprimem sua intervenção profissional com conhecimento técnico, instrumentos e instrumentais capazes de viabilizar a garantia de direitos de acesso e atendimentos das situações que se apresentam no cotidiano das instituições.

No processo de amadurecimento da categoria profissional e de sua intervenção propositiva existem impactos que estão ligados a uma condição subjetiva e objetiva⁴. Estes aspectos são atravessados pelas mudanças no modo de produção e reprodução da sociabilidade, pautadas na lógica do mercado e das marcas cada vez mais evidentes do neoliberalismo nas formas da condição de vida dos indivíduos, das instituições e o fazer profissional balizado nas relações entre o Estado e a sociedade.

No Brasil, o agravamento das condições de vida da classe trabalhadora evidenciou a falta de acesso à saúde, à educação, à alimentação, à habitação e ao atendimento sanitário. O recorte de classe e segregação, materializado pelos que poderiam permanecer em isolamento social devido à pandemia, sem prejuízos financeiros, e aqueles que necessitavam permanecer no trabalho presencial, muitos deles com vínculos de trabalho precarizados e expostos aos riscos, demonstra a expressão real da desigualdade.

Neste ínterim, os assistentes sociais que trabalham na educação superior buscaram dentre os instrumentais profissionais, os equipamentos tecnológicos e as parcerias das

⁴ Condições objetivas são aquelas relativas à produção material da sociedade, são condições postas na realidade material. Por exemplo: a divisão do trabalho, a propriedade dos meios de produção, a conjuntura, os objetos e os campos de intervenção, os espaços sócio-ocupacionais, as relações e condições materiais de trabalho. Condições subjetivas são as relativas aos sujeitos, às suas escolhas, ao grau de qualificação e competência, ao seu preparo técnico e teórico metodológico, aos referenciais teóricos, metodológicos, éticos e políticos utilizados, dentre outras (GUERRA, 2002).



políticas públicas para garantir minimamente o atendimento aos usuários dos serviços, o acesso e a permanência dos acadêmicos nas instituições de ensino, em meio ao processo pandêmico. O artigo tem como objetivo refletir sobre as condições do trabalho profissional do assistente social no ensino superior no momento em que o Serviço Social é requisitado para atuar na defesa intransigente dos direitos em meio ao contexto de desigualdade social e de condições objetivas, diante da crise socioeconômica e sanitária em curso.

A dimensão metodológica, enquanto caminho percorrido para o desenvolvimento do artigo, é também a justificativa do método utilizado na busca de responder às indagações da temática proposta. De natureza qualitativa, constitui-se em um estudo bibliográfico das dimensões que compõem o exercício profissional do assistente social, apreendendo a própria experiência com a finalidade de propor estratégias que propiciam a compreensão das contradições das relações sociais num processo de totalidade, perpassado pelas particularidades e singularidades, com base no método materialismo histórico-dialético (IANNI, 2011).

Neste cenário de pandemia as instituições de ensino superior tiveram que adotar medidas urgentes, pois se constituem em grandes espaços de convivência social, gerando aglomerações e propagação do vírus no ambiente educacional. O Ministério da Educação (MEC) emitiu a portaria nº 343, de 17 de março de 2020 normatizando as aulas por meios digitais, surgindo assim o Ensino Remoto, enquanto ocorra a situação de pandemia (MEC, 2020).

A pandemia modificou significativamente a rotina do ensino superior. Nas Instituições de Ensino Superior (IES), a comunidade acadêmica precisou se adaptar, contando com o uso das tecnologias digitais, ocasionando, em sua maioria, uma mudança no ambiente de trabalho para o *home office* ou trabalho remoto (FARAGE, 2021). Esta situação passou a impactar no atendimento dos serviços, na operacionalização de programas e no processo de ensino, pesquisa e extensão.

Portanto, o contexto diferenciado que se apresenta para os profissionais assistentes sociais carrega em si desafios, especialmente relacionados às condições de trabalho, pois além dos impactos socioeconômicos, políticos e ideológicos este contexto evidenciou e exacerbou as desigualdades e a necessidade de garantir direitos. Cabe assim questionar: quais os desafios para os assistentes sociais em face a precarização das condições de trabalho na pandemia da Covid-19? Como compreender os processos objetivos e subjetivos deste momento da sociedade? Aliados às condições objetivas do trabalho - precarização dos vínculos, espaços sócio-ocupacionais inadequados, falta de instrumentos tecnológicos, acesso a internet com boa velocidade e das condições de trabalho - encontram-se, ainda, os aspectos subjetivos - como a ideologia neoliberal, as concepções pós-modernas e



neoconservadoras e a própria captura da subjetividade -, que impactam diretamente na forma de se compreender o real e no intervir enquanto assistente social.

1 DIMENSÕES CONSTITUTIVAS DO SERVIÇO SOCIAL

A crise do capital, que impactou o mundo do trabalho nas primeiras décadas do século XX, provocou transformações que favoreceram o redesenho de processos de trabalho típicos do capitalismo concorrencial, ocasionando redução de postos de emprego, precarização nas relações contratuais e desemprego estrutural. Ainda, aumentou o controle sobre o uso da força de trabalho, o rebaixamento dos salários, a quebra de direitos sociais e maior subordinação do trabalho ao capital, que sobrevive às crises à custa da expropriação da força de trabalho proletária (MACIEL, 2020).

É nessa conjuntura que se constituiu o Serviço Social no Brasil, em um processo relacionado ao contexto das mobilizações da classe trabalhadora no período em que a “questão social” impulsionou com intensidade o debate na sociedade, exigindo respostas por parte do Estado, da Igreja e da classe dominante (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009). O Serviço Social é, portanto, profissão consolidada há mais de oito décadas no Brasil e, estando inserida na divisão social e técnica do trabalho, lhe cabe decodificar as multifacetadas refrações da “questão social” no cotidiano, enquanto expressões:

[...] do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção [...] (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009, p. 77).

Trata-se de interpretar a conjuntura abrangendo as suas manifestações universais, particulares e singulares, assim como a objetividade e a subjetividade, o contexto econômico, social, ético, político e ideocultural, uma vez que são estas manifestações que se configuram como a “matéria” do trabalho do assistente social.

Esse trabalho, de acordo com as Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS, 1996), fundamenta-se em três dimensões: teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política, que orientam tanto a formação como o exercício profissional. Sendo indissociáveis, as dimensões contribuem para uma leitura crítica da realidade e para proposição de intervenções mais amplas, em diversos espaços ocupacionais, visto que a profissão está inserida em uma conjuntura de contradições.

A dimensão teórico-metodológica possibilita uma formação crítica, analítica e reflexiva, capaz de apreender a realidade sob uma perspectiva de totalidade, de forma



articulada ao contexto mais amplo no qual os sujeitos estão inseridos. Assim, na formação profissional, é central a apreensão dos fundamentos históricos, teóricos e metodológicos, uma vez que são necessários para compreensão da formação e do desenvolvimento do trabalho profissional e para instigar o olhar crítico sobre ações cristalizadas historicamente nos espaços sócio-ocupacionais.

A partir da assimilação de categorias e de conceitos basilares como: trabalho, “questão social”, capitalismo, ideologia, linguagem, cotidiano, poder, identidade, dominação, neoliberalismo, cidadania, democracia, entre outros, a profissão reconhece que o conhecimento é um meio pelo qual é possível decifrar a realidade e conduzir o trabalho profissional. De acordo com Guerra (2009, p. 07):

O conhecimento oriundo da razão dialética capta o movimento do objeto, a sua lógica de constituição, percebe o que o objeto é e como chegou a ser o que é (seu processo de constituição), quais seus fundamentos, sua capacidade de transformar-se em outro. O conhecimento resultante dos procedimentos da razão vai além da apreensão da imediatividade da vida cotidiana. Ele busca captar a processualidade contraditória de seus objetos e visa a refiguração, no nível do pensamento, do seu movimento.

Nessa direção, a dimensão teórico-metodológica diz respeito à capacidade de apreensão do método e das teorias e sua relação com a intervenção profissional. É, portanto, na relação dialética entre investigar e intervir, que se constituem os componentes fundamentais para compreensão do significado social e histórico da profissão e dos princípios que norteiam o trabalho profissional do assistente social. Importa ressaltar, que um trabalho que não apreenda tais processos está sujeito a limitar-se a ações cuja:

[...] visão a-histórica e focalista tende a subestimar o rigor teórico-metodológico para a análise da sociedade e da profissão, - desqualificado como “teoricismo” - em favor das visões empiristas, pragmáticas e descritivas da sociedade e do exercício profissional, enraizadas em um positivismo camuflado sob um discurso progressista de esquerda (IAMAMOTO, 2006, p. 08).

Logo, é imprescindível uma perceptibilidade quanto aos objetivos profissionais e ao lugar que a profissão ocupa na sociedade, buscando alcançar as transformações necessárias ao enfrentamento da “questão social”. É a dimensão teórico-metodológica que norteia a ação profissional específica do Serviço Social, bem como, a análise da realidade, concreta e contraditória da sociedade capitalista, na direção social crítica da corrente teórica marxista.

Quanto à dimensão técnico-operativa, esta corresponde à instrumentalidade técnica necessária ao desenvolvimento da intervenção, ligada aos objetivos e finalidade do trabalho profissional. Sendo assim, os instrumentos e técnicas - emissão de relatórios, pareceres e/ou laudos sociais; atendimento domiciliar; realização de perícia e estudo de caso;



desenvolvimento de atividades coletivas; participação em reuniões; entre inúmeros outros -, materializam-se nas estratégias de intervenção definidas de acordo com o contexto a ser mediado, a fim de alcançar determinada finalidade, perpassando a análise da realidade em sua totalidade.

De acordo com Guerra (2012), a instrumentalidade também influencia o modo como a profissão é apresentada e representada na sociedade. Em outras palavras, a profissão encontra-se carregada de representações sociais e culturais, por isso, é fundamental enfatizar que a intervenção de natureza técnico-operativa desenvolvida por assistentes sociais não é neutra, pois, todas as escolhas, posicionamentos e ações são embasadas nos valores éticos, historicamente construídos no/pelo Serviço Social.

Ressalta-se, ainda, que a dimensão técnico-operativa se dá a partir da compreensão das atribuições e das competências profissionais, envolve conhecimentos teóricos e permite uma análise da realidade que não se reduz ao tecnicismo mas, sim, é pautada em uma perspectiva ideopolítica (GUERRA, 2012).

Por fim, tem-se a dimensão ético-política que, em seu aspecto normativo e legal, está representada no Código de Ética Profissional do assistente social de 1993 (CFESS, 1993), na Lei de Regulamentação da Profissão (BRASIL, 1993) e nas Diretrizes Curriculares para o curso de Serviço Social, de 1996.

Essa dimensão compõe as outras duas apresentadas anteriormente, baseada nos princípios e valores éticos da profissão, ou seja: no reconhecimento da liberdade como valor ético central; na defesa intransigente dos direitos humanos; na ampliação e consolidação da cidadania; na defesa do aprofundamento da democracia; no posicionamento em favor da equidade e justiça social; no empenho na eliminação de todas as formas de preconceito; na garantia do pluralismo; na opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero; na articulação com os movimentos de outras categorias profissionais; no compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população; e no exercício do Serviço Social sem ser discriminação de qualquer natureza (CFESS, 1993).

Nesse horizonte, compete ao assistente social uma contribuição efetiva no processo de manutenção e de ampliação dos direitos da classe trabalhadora e, conseqüentemente, para reconhecimento de um conceito ampliado de cidadania. De acordo com Barroco (2009, p. 06):

[...] um ser capaz de agir eticamente, quer dizer, dotado de capacidades que lhe conferem possibilidades de escolher racional e conscientemente entre alternativas de valor, de projetar teleologicamente tais escolhas, de agir de modo a objetivá-las, buscando interferir na realidade social em termos valorativos, de acordo com



princípios, valores e projetos éticos e políticos, em condições sócio-históricas determinadas.

Sob esse prisma, importa frisar que os princípios ético-políticos que norteiam o trabalho profissional defrontam-se, na sociedade contemporânea, com o desafio do enfrentamento às expressões da “questão social” que se manifestam como desigualdades sociais. São elementos que fazem parte do cotidiano, exigindo da profissão a reflexão ética e crítica a respeito de valores morais existentes (e solidificados) na sociedade capitalista, sob a perspectiva dos princípios éticos que norteiam a profissão.

É imprescindível, ainda, que não se compreenda cada uma das dimensões de forma isolada. De acordo com Guerra (2012), as três dimensões formam entre si uma relação de unidade na diversidade. Em outras palavras, indica uma relação visceral entre elas, por meio de uma interligação interdependente e complementar, sem abandonar suas especificidades. Desse modo, o diálogo entre a ética, a política e a profissão de Serviço Social reflete um trabalho voltado para a criação de novos valores, assim como pode contribuir no processo de criação de uma nova hegemonia na representação das relações sociais.

Portanto, nos diversificados espaços sócio-ocupacionais, o exercício profissional deve vislumbrar a formação de novos sujeitos coletivos e a construção de novas relações societárias. Contudo, não se pode deixar de considerar que o trabalho do assistente social também está sujeito a determinantes externos, sobre os quais não detém o controle e que impõem limites objetivos à consecução de um projeto profissional coletivo no cotidiano dos espaços de trabalho (MACIEL, 2020).

Nessa perspectiva, conforme apontado por Iamamoto (2009), compreende-se que estender as possibilidades de realização do trabalho, assim como, expandir as margens da autonomia profissional, com base nas dimensões indissociáveis da profissão, requer estratégias político-profissionais capazes de ampliar os alicerces de apoio no espaço ocupacional, inclusive, fortalecendo-se junto aos segmentos organizados que se movimentam, com base nos mesmos princípios éticos e políticos do Serviço Social.

2 CONDIÇÕES DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

No contexto do capitalismo contemporâneo e com o aprofundamento das políticas neoliberais, o Estado brasileiro ampliou preferências na direção da defesa dos interesses do capital em detrimento das necessidades do trabalho, o que gerou várias reconfigurações nos direitos, nas intencionalidades e no alcance das políticas sociais (RAICHELIS, 2013).

Com relação à educação superior, a própria ampliação deste segmento, vivenciada nas últimas décadas em nosso país, passou a configurar um conflito de interesses, pois se



constitui também em uma exigência do próprio capital, seja para a formação da mão de obra necessária ao atendimento de suas necessidades, seja para a difusão de sua concepção de mundo. Além disso, a intensificação da oferta dos serviços educacionais como um negócio lucrativo e rentável, aprofundou o seu processo de privatização.

Neste sentido, a luta contra a monopolização do conhecimento e pela democratização interna das universidades se constitui como uma demanda histórica dos trabalhadores, especialmente devido à diversidade do público estudantil e do aumento das demandas para o enfrentamento das expressões da “questão social”, cada vez mais frequentes dentro destas instituições.

Para compreender as condições de trabalho dos assistentes sociais na educação superior torna-se necessário retomar as discussões sobre a intensificação e precarização do trabalho a partir das reflexões de Antunes (2005; 2018), Raichelis (2013) e Raichelis e Arregui (2021) que apontam significativas mudanças no trabalho em nível mundial e no Brasil.

De acordo com Antunes (2018), em nosso país o mundo do trabalho tem sido marcado pela tríade: precarização, terceirização e informalidade, o que colabora para uma espécie de sociedade dos adoecimentos no trabalho provocada pela devastação neoliberal. A precarização do trabalho tornou-se a regra e vem se expandindo cada vez mais, tanto nos setores privados, como nos setores públicos, contexto em que também se aprofundam as contradições entre trabalho e educação. A expansão do setor privado na área da educação, com o rompimento da relação contratual e introdução do processo de pejetização⁵ de trabalhadores, em todos os níveis de ensino – pautado na ideologia amplamente difundida do empreendedorismo –, denota que tal movimento é também reflexo da relação entre capital e trabalho.

Tem-se, então, a educação como um espaço contraditório e, portanto, ao tratar do trabalho profissional nesse âmbito, deve-se considerar suas particularidades e reconhecer a diversidade que permeia as relações sociais inerentes a tal contexto. No caso do Serviço Social, sua vinculação com a educação foi se construindo desde o surgimento da profissão (segundo quartel do século XX), como parte das requisições das classes dominantes pela qualificação da classe trabalhadora com a finalidade de garantir mão de obra necessária à reprodução do capital em diferentes fases de expansão e de crise (MACIEL, 2020).

Netto e Braz (2012) atribuem como foco da educação a importância da formação de trabalhadores com habilidades técnicas e intelectuais para desempenhar tarefas mais complexas no mercado de trabalho e capazes de realizar funções múltiplas. A partir da reestruturação produtiva, que acarretou intensos avanços tecnológicos, a educação passou a

⁵ Refere-se à pessoa jurídica (PJ) que, embora apresentada como “trabalho autônomo”, na realidade, mascara as relações de assalariamento existentes, burlando direitos trabalhistas (ANTUNES, 2018).



ser relevante na busca da produção de conhecimentos como forma de manter as economias em plena competitividade no mercado, demonstrando também o papel econômico da educação.

Cabe ressaltar que o assistente social, enquanto trabalhador assalariado que tem no Estado seu principal empregador, não está imune à atual dinâmica de precarização das condições e vínculos de trabalho, e à ofensiva do discurso neoliberal de enfraquecimento do Estado (RAICHELIS; ARREGUI, 2021).

Nesse sentido, destaca-se que a lógica de descaracterização da educação pública se fortaleceu no Brasil quando o governo se deparou com a necessidade de (re)desenhar a política educacional a partir de uma forte crise sanitária que agravou sobremaneira a crise estrutural do capital em curso (MACIEL, 2020). Em março de 2020, o Brasil começou a sofrer os efeitos de um fenômeno que atingiu o mundo todo, a pandemia de Covid-19, que gerou impactos severos sobre as variadas dimensões da sociedade, entre elas a educação.

De acordo com Farage (2021, p. 50-51), é necessário analisar a conjuntura atual à luz de duas contrarreformas em curso no Brasil:

[...] a do ensino superior público, que se agrava com a imposição do ensino remoto emergencial como a única alternativa no período de isolamento social, e a contrarreforma administrativa, enviada pelo Executivo ao Congresso Nacional em setembro de 2020. A primeira, a contrarreforma da educação, deve ser analisada de maneira articulada com outras ações que, antes mesmo da pandemia do novo coronavírus, já impactavam a educação superior pública, como: a elevação do percentual de ensino a distância nos cursos presenciais que passou de 20% para 40%, prevista na Portaria No 2117/2019 do MEC; a Emenda Constitucional nº 95, de 2016, que congelou os investimentos em políticas públicas até o final de 2021; a terceirização das atividades fins, aprovada pela Lei no 13.429/2017; os sucessivos cortes de verbas para a educação superior pública, entre eles o já anunciado corte de 8,7% nos gastos discricionários para 2021 previsto no Projeto de Lei Orçamentária enviado pelo Executivo ao Congresso Nacional em setembro de 2020.

Desta forma, o contexto relacionado à educação superior brasileira tem sofrido muitos retrocessos. Como consequência da Emenda Constitucional nº 95 também está o congelamento dos reajustes salariais de servidores públicos e a não realização de concursos públicos. Outro ponto que se relaciona à referida emenda pelo governo federal é o fortalecimento do setor privado, com a redução do investimento público alocado para a educação superior pública, pois não prevê tal congelamento para o setor privado. Os cortes orçamentários atingem mais do que os investimentos de capital e custeio, afetando também a ciência, a tecnologia e a inovação, com a diminuição de recursos para fomento destas, gerando descontentamento dos trabalhadores em atuar na educação superior pública, já que a criação, desenvolvimento e execução de inúmeros projetos acadêmicos e científicos tornam-se inviabilizados.



Agregam-se aos elementos citados por Farage (2021), as contrarreformas da Previdência Social, que implicaram na retirada de direitos dos servidores públicos, entre os quais os profissionais da educação. E, ainda, a contrarreforma administrativa (PEC nº 32/2020), que objetiva desconstruir as carreiras públicas do Estado e a estabilidade do servidor público, causando impactos na qualidade dos serviços públicos. Porém o discurso difundido, inclusive pelo governo federal, aponta, erroneamente, que os direitos sociais oneram o fundo público e que enfrentar a crise é responsabilidade de toda a sociedade (RAICHELIS; ARREGUI, 2021). Nesse sentido, se a PEC nº 32/2020 for aprovada significará uma forte desestruturação do conjunto dos serviços públicos conquistados na luta da classe trabalhadora, configurando-se como um dos maiores ataques aos servidores e aos serviços públicos desde a Constituição Federal de 1988.

O cenário de pandemia trouxe novos elementos à realidade de trabalho em todos os setores da sociedade, com o agravamento das expressões da “questão social” e o aumento das necessidades urgentes das famílias mais empobrecidas, influenciando também nas atribuições e competências profissionais dos assistentes sociais em seus mais diferenciados espaços sócio-ocupacionais.

Conforme Raichelis e Arregui (2021, p. 140), “[...] a pandemia ocorre em uma conjuntura em que já tínhamos um quadro cumulativo e alarmante de informalidade, desemprego e desproteção laboral no mercado de trabalho brasileiro”, aliado ao conjunto de contrarreformas em curso, já pontuadas acima, que materializaram uma pesada ofensiva contra os direitos, numa conjuntura de tríplice crise: econômica, política e sanitária.

No cotidiano de trabalho dos assistentes sociais tornou-se o “novo normal” a realização de trabalho remoto, como medida para contribuir com as condições de isolamento social devido à Covid-19, porém esta situação não deve ser naturalizada e sim tratada como uma excepcionalidade. Este processo deve ser analisado de forma crítica, para que o conjunto de novas situações de trabalho impostas pela pandemia não sejam determinadas “de cima para baixo” pelas instituições empregadoras (RAICHELIS; ARREGUI, 2021).

Nas IES, a ampliação do uso das tecnologias de informação e comunicação (TIC) foi intensamente incorporada para o período excepcional de ensino remoto, porém, muitas vezes, ficaram ignoradas pelos gestores, e até mesmo pelo Ministério da Educação, as questões materiais de discentes e docentes, especialmente relacionadas ao acesso e à utilização das tecnologias para as aulas (FARAGE, 2021). Ou seja, na situação pandêmica a realidade de desigualdade de acesso à tecnologia não foi o foco central das discussões.

Para os profissionais assistentes sociais a introdução das TIC e do trabalho remoto refletiu nos processos de trabalho diários, na relação com outras profissões, com os usuários e também nas condições éticas e técnicas de trabalho (CFESS, 2020), a fim de garantir os



direitos aos serviços, inclusive na educação superior. Raichelis e Arregui (2021, p. 147) referem sobre a importância de se “[...] considerar as condições sociais e materiais da população atendida pelas políticas públicas, bem como as implicações quando não dispõem de celular e/ou computador com acesso à internet e recursos para acesso *on-line*”, situações estas que são frequentes no cotidiano do Serviço Social.

É necessário apontar que o trabalho remoto muitas vezes se realiza em espaços inadequados (em casa), invadindo, assim, várias dimensões da vida privada, transfere os custos da realização do exercício profissional para os próprios trabalhadores, além de estimular a individualização do trabalho. Aliado a estes fatores, ocorre também a diminuição do tempo de descanso do trabalhador, ampliação da jornada de trabalho, situações de exaustão pelo tempo excessivo em frente aos equipamentos eletrônicos, que podem causar problemas de saúde (CFESS, 2020).

As estratégias de intensificação do trabalho são inseridas gradativamente no cotidiano profissional e obtêm materialidade em situações como: cobranças e exigências de produtividade, especificidades das características de trabalho intelectual demandado e aumento no volume de tarefas. Estas situações, por vezes, ainda não são claramente perceptíveis para os trabalhadores, especialmente na esfera estatal, embora já ocorram em vários espaços (BAVARESCO, 2020), e agora, no contexto da Covid-19, são ampliadas.

Desta forma, há a intensificação e a precarização das condições de trabalho e muitos assistentes sociais estão em processo de sofrimento individual, o que leva também ao seu adoecimento. Neste sentido, as condições objetivas de realização do exercício profissional incidem diretamente na subjetividade do trabalhador, pois a precarização e a intensificação das condições de trabalho influenciam diretamente na vida do trabalhador.

Não obstante a isto, os desafios elencados tornou necessário aos assistentes sociais refletir criticamente sobre as condições éticas e técnicas de trabalho, especialmente no sentido de dar materialidade ao Projeto Ético-Político do Serviço Social na luta pela garantia de direitos da população usuária dos serviços neste momento de pandemia.

CONSIDERAÇÕES

O processo de consolidação e amadurecimento do capitalismo levou a uma reconfiguração das relações sociais e da própria concepção e materialidade do trabalho. A garantia dos direitos sociais e dos serviços das políticas públicas são de responsabilidade do Estado e, diante das condições expressas nas reconfigurações da sociedade capitalista e dos diferentes estágios do desenvolvimento socioeconômico, com polarizados e contraditórios



interesses do capital e do trabalho, aumentam os desafios dos assistentes sociais na mediação do seu trabalho profissional.

Neste cenário mundializado e financeirizado no qual o Brasil se insere de forma periférica e dependente, o acirramento das desigualdades com as mudanças no mundo do trabalho e a situação de precarização de grande parte da população, trazem impactos e desafios aos profissionais do Serviço Social diante das diferentes manifestações da “questão social”.

É perceptível que o capital se apropria hegemonicamente, também, das tecnologias digitais com o objetivo de aumentar os níveis de produtividade e de exploração do trabalho. Desta forma, os assistentes sociais buscam estratégias a fim de tensionar e utilizar essas tecnologias de forma contra hegemônica, para fortalecer os valores ético-políticos da profissão, garantindo a qualidade do atendimento e os direitos dos usuários, além do sigilo profissional (RAICHELIS; ARREGUI, 2021).

No atual cenário de crise econômica, política e sanitária, um contexto repleto de tensões e desafios profissionais, com a ampliação do uso das TIC em consonância com a mercantilização da educação e da pesquisa, é preciso analisar as condições sócio-históricas que circunscrevem o exercício profissional do assistente social. E é também no cotidiano de trabalho que estão as possibilidades de enfrentamento às condições impostas nos diversos espaços sócio-ocupacionais, pois os assistentes sociais dispõem de autonomia relativa para mediar e sugerir propostas afinadas com Projeto Ético-Político do Serviço Social. É na dinâmica do cotidiano de trabalho que o assistente social constrói e reconstrói seu fazer profissional e é, também, no reconhecimento das dimensões da profissão que pode intervir, mediado pelo conhecimento e competências em sua área de atuação na busca pela materialização dos direitos sociais.

É fato que as condições de trabalho dos assistentes sociais que exercem suas atividades profissionais na educação superior - tanto no cargo de técnico-administrativo ou docente - são impactadas pela pandemia de Covid-19. Este contexto não pode ser analisado de modo isolado, sem considerar as contrarreformas da educação superior no Brasil, uma vez que é indissociável das mudanças ocorridas no modo de produção capitalista. Conseqüentemente, as demandas institucionais e as respostas profissionais da categoria são perpassadas pelas transformações econômicas e políticas que atravessam a política educacional.

Tratam-se de obstáculos advindos de uma severa onda de retrocessos, contrarreformas e transformações que intensificam o processo de precarização das relações de trabalho, associada à constante ofensiva ultra conservadora que redesenha, no contexto das crises, seus instrumentos políticos para obter hegemonia. Dessa forma, observa-se que,



intervir sobre a realidade com vistas à transpor tais impasses, requer organização coletiva, resistência contra a instauração de projetos fascistas de governo, por meio das lutas democráticas e de defesa de direitos, já que a política de educação tem respondido mais às exigências dos organismos internacionais do que aos anseios dos estudantes e demais trabalhadores por uma educação pública, de qualidade e efetivada enquanto direito social.

Diante do exposto, compreende-se que a organização da sociedade capitalista e a conjuntura atual brasileira impõem limites ao exercício profissional do assistente social, porém estes não são absolutos, uma vez que contém antagonismos e processos contra hegemônicos que precisam ser desvendados pelos profissionais, constituindo-se, assim, como possibilidades de ações conscientes na direção social em favor dos interesses e do fortalecimento da classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo. 2005.

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

BARROCO, M. L. Fundamentos éticos do Serviço Social. **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS-ABEPSS-CEAD, 2009.

BAVARESCO, T. C. **As condições sócio-ocupacionais do assistente social na Assistência Estudantil**: uma análise a partir da realidade da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). 2020. 203 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, PR, 2020.

BRASIL. Lei n. 8.662, de 7 de junho de 1993. **Dispõe sobre a profissão Assistente Social e dá outras providências**. Brasília, 1993.

CFESS. CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Resolução n. 273, de 13 de março de 1993. **Institui o Código de Ética Profissional do(a) Assistente Social e dá outras providências**. Brasília, 1993.

CFESS. CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Teletrabalho e Teleperícia**: orientações para assistentes sociais. 2020. Disponível em: Microsoft Word - Teletrabalho-telepericia2020CFESS.docx. Acesso em: 05 mar 2022.



- FARAGE, E. Educação superior em tempos de retrocessos e os impactos na formação profissional do Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 140, p. 48-65, jan./abr. 2021.
- GUERRA, Y. A dimensão investigativa no exercício profissional. In: CFESS, ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS-ABEPSS-CEAD, 2009.
- GUERRA, Y. A dimensão técnico-operativa do exercício profissional. In: SANTOS, C. M.; BACKX, S.; GUERRA, Y. (orgs.). **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2012, p. 39-68.
- GUERRA, Y. **A instrumentalidade do Serviço Social**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. – 26. ed. – São Paulo: Cortez; [Lima, Peru]: CELATS, 2009.
- IAMAMOTO, M. V. As Dimensões Ético-políticas e Teórico-metodológicas no Serviço Social Contemporâneo. In. MOTA, A. E. da. et al. **Serviço social e saúde: formação e trabalho profissional**. Rio de Janeiro: Cortez, 2006.
- IAMAMOTO, M. V. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: CFESS/ABEPSS; CEAD/UnB (org.). **Serviço Social: direitos e competências profissionais**. v.1. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 341-376.
- IANNI, O. A construção da categoria. **Revista HISTEDBR**. Online. Campinas, número especial, p. 397-416, abr. 2011.
- MACIEL, D. E. **Serviço social na educação superior: reflexões sobre o trabalho do/a assistente social nas universidades estaduais do Paraná**. 169 p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo/PR, 2020.
- MEC. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Gabinete do Ministro. **Portaria Nº 343, de 17 de março de 2020**. Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376>. Acesso em: 28 fev 2022.
- NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012 (Biblioteca Básica de Serviço Social).
- RAICHELIS, R. Proteção social e trabalho do assistente social: tendências e disputas na conjuntura de crise mundial. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, n. 116, p. 609- 635, out./dez. 2013.
- RAICHELIS, R.; ARREGUI, C. C. O trabalho no fio da navalha: nova morfologia no Serviço Social em tempos de devastação e pandemia. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, n. 140, p. 134- 152, jan./abr. 2021.